

STELA PERNÉ SANTOS



**SONS DO SILÊNCIO:
MEMÓRIA E INCLUSÃO SOCIAL DO SURD@ NO BRASIL**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial na disciplina Monografia, do curso de História, bacharelado e licenciatura, sob a orientação do prof. Dr. Eduardo José Reinato.

Goiânia / GO

2004 / 2

Universidade Católica de Goiás
Departamento HGRS

STELA PERNÉ SANTOS

**SONS DO SILÊNCIO:
MEMÓRIA E INCLUSÃO SOCIAL DO SURD@ NO BRASIL.**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial na disciplina Monografia, do curso de História, bacharelado e licenciatura, sob a orientação do profº. Dr. Eduardo José Reinato.

Goiânia / GO
2004 / 2

Universidade Católica de Goiás
Departamento HGSR

**SONS DO SILÊNCIO:
MEMÓRIA E INCLUSÃO SOCIAL DO SURDO NO BRASIL.**

**SONS DO SILÊNCIO:
MEMÓRIA E INCLUSÃO SOCIAL DO SURD@ NO BRASIL.**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial na disciplina Monografia, do curso de História, bacharelado e licenciatura, sob a orientação do profº. Dr. Eduardo José Reinato.

Goiânia / GO

2004 / 2

Universidade Católica de Goiás
Departamento HGSR

STELA PERNÉ SANTOS

SONS DO SILENCIO: MEMORIA E INCLUSÃO SOCIAL DO SURD@ NO
BRASIL

Monografia defendida e avaliada em _____ de dezembro de 2004, pela banca
examinadora constituída pelos/as professores/as:

Nota:

Profº. Dr. Eduardo José Reinato

Profª. Drª. Lucia Rincom

Profª. Mestranda Telma Perini

A vocês, sempre, Mamãe, Papai e Thiago.

Agradeço aos professores
e as colegas pelo convívio
e compreensão.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1- Surdez em uma perspectiva Histórica	12
1.1 - A Surdez na Antiguidade	12
1.2 - A Surdez na Idade Média	13
1.3 - Idade Moderna	15
1.4 - Idade Contemporânea	17
1.5 - Surdo e Deficiente Auditivo (D.A) suas diferenças	21
1.6 - Cultura Surd@	24
Capítulo 2 - Surdez e o seu Significado Social	27
2.1 - Os significados da adaptação/reabilitação no caso do Surdo	27
2.2 - O estigma da surdez na família, a barreira para a integração social	29
2.3 - Surdez e Empregabilidade	32
Capítulo 3 - O Surdo e a Linguagem	38
3.1 - Os avanços tecnológicos no auxílio da surdez	38
3.2 - A língua brasileira de sinais (Libras) no processo de inclusão social	41
3.3 - “Cultura” dos surd@s e a “cultura” dos ouvinte	52
Conclusão	57
Bibliografia	58

Introdução

Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez, muito mais ignorantes do que um homem instruído teria sido em 1886 ou 1786. Ignorantes e indiferentes(...). Eu nada sabia a respeito da situação dos surdos, nem imaginava que ela pudesse lançar luz sobre tantos domínios, sobretudo o domínio da língua. Fiquei pasmo com o que aprendi sobre a história das pessoas surdas e os extraordinários desafios (lingüísticos) que elas enfrentam, e pasmo também ao tomar conhecimento de uma língua completamente visual, a língua de sinais, diferente em modo de minha própria língua, a falada. (...)

Oliver Sacks.

Quando da escolha do tema, eu bem sabia, do porque falar da surdez. Teria, enfim, a possibilidade de discorrer e encontrar respostas às minhas próprias questões. Por esse motivo, esse trabalho, é também um confronto com a minha identidade. Procurei por este motivo buscar alternativas outras, caminhos que pudessem quebrar a visão fatalista que a mim foi imposta sobre a surdez. No decorrer do trabalho, e tendo em mente a afirmação de Oliver Sack, convenci-me que os [Surd@s](#) são repletos de possibilidades, mesmo o sendo diferentes e vivendo fora de um padrão social imposto, um padrão do que é se aceitável, de um ponto de vista da normalidade inserida numa lógica social capitalista.

Caminhei em uma perspectiva de sócio antropológica, que tenta explicar a surdez por um outro caminho. Num segundo momento busquei entender o que seriam os estudos de gênero, para que pudesse empregar nesse trabalho, um recurso a mais de entendimento de mim e de meu objeto.

A questão por fim dessa proposta é discutir a surdez, e as muitas possibilidades dos indivíduos surdos. Analisarei a surdez por um outro caminho, rompendo com a fatalidade imposta pelo olhar dos ouvintes. De forma muito cuidadosa, procurarei questionar a visão clínica, que busca a cura da surdez

pela reabilitação física. Em contraposição procuro mostrar que os [surd@s](#), enquanto sujeitos históricos, são possuidores de uma identidade própria, da mesma forma que estão aptos a defender sua própria cultura e posição social.

Estarei discorrendo nas entrelinhas, algumas considerações sobre inclusão e exclusão, linguagem e identidade. Ao meu ver isso se encontra na base de uma reflexão acerca das diferenças históricas implicadas aos indivíduos [surd@s](#).

Achei por bem dividir esta exposição em três capítulos. No primeiro capítulo - como diríamos em Libras 1 - farei uma abordagem da Surdez no tempo histórico. Assim, tenta-se enfatizar que os Surdos deixaram sua marca na história, onde puderam ser notados e demarcados como anormais ou simplesmente, como doentes.

Em seguida mostro a “cultura surda”, demonstrando a existência da mesma enquanto necessária aos [surd@s](#). Para que haja uma diferenciação que os mostre como diferentes, dentro de uma perspectiva do multiculturalismo, e não simplesmente do ponto de vista da reabilitação oralista, normalizadora. Destaco ainda a maneira pela qual os [Surd@s](#) têm sido incluídos no trabalho. Embora ainda exista uma série de contratempos; seja da família ao construir a imagem da incapacidade. Por outro lado ainda se bate na tecla da dificuldade da comunicação. Partindo destas discussões discorro sobre os porquês dos [surd@s](#) serem excluídos do meio social. O que por outro lado leva a exclusão no mercado de trabalho.

Em um segundo capítulo, resgata a discussão da vida social dos indivíduos surdos. De igual maneira, procuro resgatar a função da história enquanto um registro de memória, que narra os fatos passados que permaneceram na lembrança dos povos. Neste caso procurei romper o fatalismo arraigado na memória coletiva sobre a surdez.

No terceiro capítulo 3, proponho-me a discutir a linguagem, visto que no decorrer deste trabalho, percebi as múltiplas questões envolvidas na comunicação dos [Surd@s](#). Finalizando este trabalho procurei mostrar que a língua dos [Surd@s](#) (Libras) não se faz sem uma lógica própria, portanto, sendo fundamental a não perda do aspecto comunicacional, que se estende ao aspecto cultural. Procuro mostrar que em LIBRAS existe uma gramática própria, o que

faz com que a língua seja e se estruture, a partir de seus próprios meios, não sendo, portanto, uma cópia da língua portuguesa.

Enfim, depois de tudo isso, procuro demonstrar, com veemência, que os Surd@s, são antes de qualquer coisa, repletos de possibilidades, prontos a exigir melhores políticas públicas, de atendimentos. Da mesma forma, são os surdos uma categoria de cidadãos que devem intensificar sua luta para que o Estado possa fornecer condições de oportunidade e de sobrevivência em meio aos que ouvem. Isso inclui, além de boas escolas, trabalho e universidades, um respeito social para que não se questione suas possibilidades. E, da mesma forma, que não se desconheça a potencialidade de uma cultura diferenciada, mas também humana e cidadã, como é o caso da “cultura Surda”.

Capítulo I

1 - Surdez em uma perspectiva Histórica

1.1 – A Surdez na Antiguidade

O mundo antigo grego – romano acreditava que os surd@s não eram seres humanos competentes. Uma possível explicação decorre do fato de que a fala não desenvolve sem a audição, portanto falar significava também não pensar, não podendo assim receber nenhum ensinamento. Os Romanos e também os Gregos acreditam que os Surd@s fossem privados de desenvolvimento intelectual e moral. Fato este que levou muitos surdos a serem sacrificados no mundo antigo (Moore: 1978). Em Esparta, por exemplo, os surd@s eram jogados do alto dos rochedos e, em Atenas eram abandonados nas praças publicas.

Posteriormente, com o advento do Código de Justiniano (483-482 a.C.), passou-se a se diferenciar os graus de Surdez. Os que fossem surdos de nascimento não poderiam usufruir a cidadania. Por sua vez não poderiam ser instruídos. Assim, os surd@s seriam incapazes para com a vida jurídica.

Por outro lado, o pensamento de Aristotélico trouxe a tona a mentalidade daqueles tempos, definindo os surd@s como seres não humanos: era de opinião que todos os conteúdos da consciência deviam ser recolhidos primeiro por um órgão sensorial e considerava o ouvido como o órgão mais importante para a educação” (Werner 1949: 2).

Aos surd@s por não ouvirem, Aristóteles nega toda e qualquer possibilidade de instrução os surd@s, sendo inaptos para a instrução.

Outro pensador da antiguidade Lucrécio (95-53 a.C.) sentencia “No hay arte possible para instruir al sordo”.

Se ainda levarmos em consideração o antigo Código Civil Brasileiro, herdeiro que foi da legislação romana poderemos perceber que consideravam os surd@s incapazes, comparados a alienados mentais (Oliveira, 1989). Assim, loucura e surdez eram identificadas. Dessa forma, matinha-se uma tradição advinda da Idade Média, conforme veremos mais adiante.

Concepções errôneas sobre a origem da surdez eram aceitas em anatomia desde a Antigüidade (Souza). Quanto à fala servia de comunicação não sendo encontrado nenhum indício algum tipo de comunicação gestual. Chegamos então a entender o valor de humanização atribuído a fala, que serviu de base para o trabalho dos fonoaudiólogos no decorrer dos tempos.

Temos na Bíblia um relato de um milagre de Jesus que “cura” um surdo e este se põe imediatamente a falar. Interessante lembrar que a palavra para designar surdo e mudo é única. Não existe língua possível para eles.

Essa imagem da antiguidade persiste ainda hoje no imaginário popular. O surdo-mudo. Como se a manifestação de uma condição fosse inseparável da outra. Apesar de hoje em dia sabermos que não se nasce “mudo” porque se nasce “surdo” o senso comum mantém o conceito invariável. Ainda o surdo-mudo.

1.2 - A Surdez na Idade Média

Com a idade Media, a visão de não humanidade prevalecia, os surdos ainda não eram humanos completos. Sob um a olhar da religião católica os surdos não eram capazes de conseguir a vida eterna, uma vez que não poderiam falar os sacramentos, não poderiam ouvir as prédicas, e por conseqüência, não poderiam se confessar. Num universo essencialmente controlador, o clero católico, os excluía, até porque não podiam ser normalizados. Como ouviriam os preceitos religiosos? Como seguiriam as perspectivas católicas, que tinham na evangelização oral o seu principal fundamental? Destituídos dessa oralidade, os portadores da surdez estavam muito mais afeitos às ações demoníacas, dos que os cristãos normais.

Na verdade, o fim da Idade Média coincide com o fim a Lepra no mundo ocidental. Ora, pode-se perguntar, mas o que isso tem a haver com a questão da surdez? Diretamente, nada, se não fosse pelo fato de que Foucault destaca na História da loucura que:

Aquilo que sem dúvida vai permanecer por muito mais tempo que a lepra, e que se manterá ainda numa época em que, há naos, os leprosários estavam vazios, são os valores e as imagens que tinham aderido à personagem do leproso: é o sentido dessa exclusão, a importância no

grupo social dessa figura insistente e temida que não se põe de lado sem se traçar à sua volta um círculo sagrado. Retiraram-se os leprosos do mundo e da comunidade visível da Igreja, sua existência, no entanto é sempre uma manifestação de Deus, uma vez que no conjunto, ela indica sua cólera e marca sua bondade (Foucault, 1972: 6)

Os Surdos e os loucos, desde então, passam a ser considerados como herdeiros dos leprosos, doentes, marcados pelo castigo, ou pela bondade divina. A todos esses iriam se juntar os portadores de doenças venéreas. Para todos esses, o abandono, é o único meio de salvação, visto, como lembra Foucault, que “sua exclusão oferece-lhe uma outra forma de comunhão”. À exclusão juntava-se a perspectiva da cura. Assim, num só lugar, normalmente a religião, encerrava ambos no espaço sagrado do milagre, ou da graça.

Da mesma forma, loucos, mas principalmente os surd@s foram considerados ineducáveis. É também Foucault (1989) que em *Vigiar e Punir* analisa os processos de inclusão e exclusão dos indivíduos, pelo tratamento dispensado aos leprosos e aos doentes da peste. A exclusão é punitiva, sintetiza aquele poder que, marginaliza e a inclusão é o poder que inclui para governar segundo a aceitável aos povos. Acrescenta Foucault:

Esquemas diferentes, portanto, mas não incompatíveis. Lentamente, vemo-los se aproximarem; e é próprio do século XIX ter aplicado ao espaço de exclusão de que o leproso era o habitante simbólico (e os mendigos, os vagabundos, os loucos, os violentos formavam a população real) a técnica de poder própria do “quadriculamento” disciplinar. (Foucault, 1989: 176).

É evidente também que eles passam a ser notados. E notados como “diferentes”. Como os anões, como os dementes de toda espécie, os surdos solitários do feudo eram absorvidos como responsabilidade coletiva, assimilados, de uma certa maneira. Eram mal vistos, em uma visão já nesta época de anormalidade, visto pela sociedade da época como fardo social a ser assumido.

As condições da lepra e da peste e as correspondentes ações de exclusão e inclusão são para se pensar os processos de exclusão e inclusão de grupos, classes e indivíduos em geral, no mundo contemporâneo e em sociedades em especial dos Surd@s a quem estamos tratando.

1.3 – Idade Moderna

Os primeiros educadores de surd@s surgiram na Europa, no século XVI, criando diferentes metodologias de ensino, as quais se utilizavam a língua auditiva-oral nativa ¹. Com a idade moderna os Surdos recebem dois tipos de atenção: médica e religiosa. Médica pelo desafio que a Surdez colocava diante dos estudiosos, que se viam em um momento Histórico determinado de desenvolvimento das ciências, conhecido por revolução científica. A segunda consistia em socorrer os desvalidos, partindo de um ponto de vista, de um preceito religioso, uma vez deixado de lado o antigo preceito cristão de que a doença é a punição pelos pecados.

Dentre muitos Gerolamo Cardano (1501-1576), foi o primeiro a afirmar que a escrita poderia representar os sons da fala, ou idéias do pensamento, portanto mudez não impedia o acesso ao conhecimento. Em seus estudos propôs uma divisão dos tipos de surdez e leitura poderia ser o canal de instrução do surdo. Cardano atuou de forma diferente dos médicos do seu tempo. Preocupou-se em estudar a educação dos Surd@s por um caminho pedagógico. Através do uso do espelho poderia fazer com que seus alunos associassem cada som aprendido com a imagem do escrito.

Dessa forma, ficava para um segundo plano o ensino da fala. Em toda sua obra não se faz referência ao ensinar a falar. Antes aprendizagem do surd@ seria pelo recurso da escrita. A preocupação com eles leva à necessidade de aproximá-los da “normalidade”.

No renascimento, dentro desse conceito de mobilidade e início da construção de uma identidade surda, eles podem até mesmo incomodar o poder instituído, já que, em grupo, sinalizando, podem parecer estrangeiros perigosos, maldosos, larápios, da mesma maneira como hoje em dia vemos explodir pelo

1 1 Aproveitamento do resíduos da audição para o desenvolvimento de linguagem.

mundo todo o medo dos imigrantes os desconhecidos pertencentes ao outro mundo rival desconhecido.

Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584) educava os filhos surdos dos nobres. Conseguiu ensinar a falar, ler, escrever e alguns chegaram a aprender filosofia. O interesse das famílias nobres, para que seus filhos pudessem ter acesso a herança, foi um fator importante para o reconhecimento do surdo como capaz, sendo que as implicações legais tornaram-se mais importantes que as crenças médicas e religiosas (Moura, Lodi, Harrison:329)

Na Inglaterra, John Wallis (1616-1703) publicou o livro *Da Fala ou da Formação dos Sons da Fala* (1698), inaugurando uma linhagem de preocupações com o desenvolvimento oral, e que muito contribuiu para a fonaudiologia atual. Pode-se constatar que os métodos educativos na Itália ou Inglaterra eram muitos parecidos, no que dizia ao uso da língua escrita no ensino de surdos, já que se comprovava a capacidade de aquisição de conhecimento pelos surdos, valorizava-se, então, o aproveitamento do sentido da visão.

No início do século XVII, Juan Pablo Bonet (1579-1629) trabalha tendo por base os trabalhos de Ponce Leon (1520-1584), um língua de sinais, uma espécie datilologia (representação manual do alfabeto) e outros códigos visuais. Isso permitiu um processo de associação entre os diferentes meios de comunicação. Soares (1999:21) afirma que Bonet, em 1620, criou o primeiro tratado dos Surdos – mudos, para depois ensinar a língua falada.

Percebe-se que os tratamentos com a Surdez estão relacionados com a história de educação dos surdos, sendo que nos seus primórdios havia pouca compreensão da psicologia do problema, e os indivíduos eram colocados em asilos. A surdez, e a conseqüente mudez eram confundidas com uma inferioridade de inteligência. Felizmente começava-se a constatar por estudos que o Surdo pode se comunicar utilizando a língua dos sinais, é a própria língua falada.

Uma explicação apresentada por Maria Soares (1999), para as muitas pesquisas no campo da surdez, se dá pela vasta divulgação dos descobertos da medicina, na Inglaterra e Holanda a medicina ganha desenvolvimento, mais do que nunca refletindo o contexto político e social de uma época que sofre grandes reviravoltas espirituais.

E neste contexto que a América é descoberta, e a Itália perde portos marítimos, a Alemanha é devastada por guerras religiosas. A ciência encontra nestes países os seus maiores pensadores e a medicina tem seu maior desenvolvimento histórico.

Na Itália os berços do renascimento, muitos foram os que se dedicaram aos estudos da audição, em busca dos segredos do ouvindo humano. A doença antes de qualquer coisa constituía se uma perturbação na harmonia do corpo que a natureza podia sanar. Neste momento histórico determinado o antigo conceito grego de beleza, e o culto da figura humana que se tornou à referência do que era belo. Natureza e beleza humana passaram a coexistir do modo mais harmonioso e mais perfeito.

1.4 - Idade Contemporânea

Esses cada vez mais variados e numerosos grupos que a Modernidade vem, incansável e incessantemente, inventando e multiplicando: os sindrômicos, deficientes, monstros e psicopatas (em todas as suas variadas tipologias), os surdos, os cegos, os aleijados, os rebeldes, os pouco inteligentes, os estranhos, (...) “outros”, os miseráveis, o refugo enfim. (Veiga neto 2001:105) No século XVIII e XIX chegamos aos que foi definida por filosofia Oralista², esta acredita que oral da língua é a única forma desejável de comunicação para o surdo, e que qualquer forma de gesticulação deve ser evitada, uma vez que os gestos impedem o desenvolvimento da fala, e limitam os surdos na socialização com os ouvintes.

A partir do século XVIII, a língua dos sinais passou a ser bastante difundida, atingindo grande êxito do ponto de vista qualitativo e quantitativo, e permitindo que os surdos conquistassem sua autonomia. Na Espanha Jacob

² Filosofia educacional que privilegia o ensino da fala. Com origem reconhecida na Alemanha, a filosofia que denominamos *Oralismo* difundia o “método germânico”. Para seus teóricos, um dos problemas da educação dos surdos estava exatamente no uso da comunicação gestual e na existência de escolas residenciais especiais para surdos, que potencializavam o problema. No início do século XIX os não resolvidos problemas educacionais dos surdos, que não deixaram de existir com as escolas, sofrem uma

Rodrigues Pereira (1715 -1780), dedica se aos estudos da surdez, por causa de sua irmã surda. E inicia-se na França em 1744, a educação dos Surdos; Trabalha se para aproveitar o tato é a visão. O trabalho de educação durava de 12 a 15 meses, começava pelo ensino de linguagem e gramática. Pereira educou outros 12 alunos transformando todos em indivíduos falantes, combinando regras, de modo que pudessem expressar idéias. Pereira divide a surdez em “três níveis: surdez total, surdez profunda e parcial media” Soares (1999: 23).

No Brasil, a educação dos surdos teve início durante o segundo império, com a chegada do educador francês H Ernest Huet. Em 1857, foi fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que inicialmente utilizava a língua dos sinais, mas que em 1911 passou a adotar o Oralismo. Em um breve histórico da educação dos Surdos temos o seguinte Quadro:

Chega ao Brasil H Ernest Huet, (surdo congênito) em 1855, com apoio de D. Pedro II, funda o Instituto de Surdos-Mudos, difundindo a Língua de Sinais. Por ocasião da fundação do instituto, o oralismo foi escolhido como método de educação, os surdos pelo método oral seriam normalizados, escolarizados e torna-se um cidadão igual aos outros.

Neste contexto de organização educacional no país, Maria Soares (1999:81), menciona que as expectativas em relação ao papel da escola eram outros. Não existia para atender, o restante da população composta de analfabetos em sua maioria. O fato da existência de um instituto de educação dos Surdos ficava no campo de caridade, do que hoje definimos por filantropia. Não haveria motivos para ensinar o surdo a ler, neste contexto de um país de analfabetos. Portanto ensinar a falar seria o papel do Instituto de Educação dos Surdos.

Foi fundado o INES, Instituto Nacional de Educação dos Surdos no ano de 1857. Instituto este, que seria o modelo de educação dos surd@s no Brasil. Idênticas tentativas de buscar uma democratização da escola através de programas pedagógicos podem ser encontradas na historia da educação comum do nosso país (Soares 1999: 80).

forte influência dessa filosofia “otimista”, o *Oralismo*, e muitas crianças surdas acabam realocadas em escolas regulares. (Lafon 1993: 14)

Em Milão, no ano de 1880, houve o Congresso Mundial de Surdos, e a universalização do ensino oral em sua forma pura.

Em 1915 os surdos conseguem um importante espaço político: criam a Word Federation of the Deaf (W.F.D).

Nos anos de 1923 a 1929 funda-se no Brasil a Associação Brasileira de Surdos, mobilizando a sociedade pelo direito do ensino para os surdos em Língua de Sinais.

No que diz respeito à educação dos surdos, o governo Dutra (1946-1950) aprova um regimento, que previa maior atendimento, e a adoção de metodologias dos Estados Unidos.

A partir da década de 1950, temos no país as primeiras discussões em torno da elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E de ambos os lados Florestan Fernandes em defesa da Escola Pública e o deputado Carlos Lacerda em Oposição à alfabetização no Brasil.

Em junho de 1951 é regulamentado o ensino do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos-Mudos, já previsto em 1949 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra e assinado pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariano (Souza 1999:70). Decreto este que tinha por objetivo promover a alfabetização do surdo e todo o país.

(...) que as atividades do INSM deverão se irradiar por todo território nacional, a fim de dar cumprimento ao que preceitua o item V do art. 1º decreto nº 26974, de 28 de julho de 1949, precitado, isto é, promover em todo o país a alfabetização dos surdos-mudos e orientar, tecnicamente, esse trabalho, colaborando com os estabelecimentos congêneres, estaduais ou locais (Brasil, instituto nacional de Surdos-Mudos, 1951).

No Brasil desta época, dá-se à volta de Getulio, país em que as classes médias urbanas e a classe operária ganhava importância. O presidente, em seus discursos enfatizava, o maior bem estar do povo, melhores condições de vida para os necessitados e desprotegidos (Souza 1999: 70). Sendo assim os incentivos a educação pública, se condiciona ao contexto político do segundo governo de Getulio.

Em 1960, a língua dos sinais tornou a ressurgir associada à forma oral, com o aparecimento de novas correntes, como a Comunicação Total e, mais recentemente, o Bilingüismo que irei explicar a diante. A Comunicação Total defende a utilização de todos os recursos lingüísticos, orais ou visuais, simultaneamente, privilegiando a comunicação, e não apenas a língua. Já o Bilingüismo acredita que o surdo deve adquirir a língua de sinais como língua materna, com a qual poderá desenvolver-se e comunicar-se com a comunidade de surdos, e a língua oficial de seu país como segunda língua.

Em 1970, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos à Universidade Gallaude, chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total, e na década seguinte, a partir das pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais e da sobre a educação dos surdos, o Bilingüismo.

No ano de 1977, foi criada a Feneida, Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, federação composta por apenas ouvintes, envolvidos na questão da deficiência auditiva. No ano 1983, a comunidade surda funda a Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, entidade não legalizada. Nessa mesma época reivindicaram e foi-lhes negado a participação de indivíduos surdos na Feneida.

No ano de 1987, foi fundada a Feneis (Federação Nacional e Educação e Integração dos Surdos). Retiram o atributo até então imposto ao surdo de "deficiente", tomam sua própria responsabilidade, opinando e decidindo sobre seus próprios assuntos, reivindicam para que o ensino de Libras possa ser reconhecido oficialmente e aprendido nas escolas públicas. Outro dado importante é que discordam que os alunos surdos sejam agrupados em escolas normais, sem estarem alfabetizados, sem terem o direito de terem o acesso a Libras, a escola como está hoje "não pode oferecer condições satisfatórias de aprendizagem" (Souza 1996:121).

Essa mesma Federação promove um grande encontro em Espoo, na Finlândia, deliberando que: *“Cada criança ou pessoa surda deveria ter o direito de utilizar livremente, na escola ou em qualquer outro lugar, a linguagem de sinais de seu país, e que, portanto, qualquer escola deveria se preparar para a coexistência, em seu interior, das línguas orais e de sinais”* (Souza 1987:108).

Enfim em todos estes percursos histórico da surdez, nota-se todo um movimento articulado pelos próprios [surd@s](#), conscientes de suas capacidades,

em busca de um tratamento de igualdade, num sociedade que insiste em caracteriza-los de “deficientes”, “não – eficiente, não capaz, não se eficaz”. Em cada sociedade a palavra “deficiente” tem um valor cultural construído segundo a imagem arraigada no imaginário das relações culturais. (Ribas 1998:12).

1.5 - Surdo e Deficiente Auditivo (D.A) suas diferenças.

Os seres humanos não são fisicamente todos iguais cada um de nos tem seu peso, sua altura, sua cor de pele. As pessoas deficientes talvez sejam um pouco mais diferentes, já que podem possuir sinais seqüelas mais notáveis. Mas não podemos meramente transpor a realidade natural para uma realidade social: esta é por nos construída. Pensar numa sociedade melhor para as pessoas deficientes é necessariamente pensar numa sociedade melhor para todos (Ribas 1998:104).

Antes de se falar sobre o surdo e suas características faz-se necessário explicar que há vários tipos de surdez e, portanto, vários tipos de pessoas surdas. Dependendo do grau de perda da audição e a idade em que ocorra a surdez, e a impossibilidade que o surdo, enfrentara por não ouvir. A falta do ouvir criara muitas situações que exigiram novas atitudes por parte do Surd@ e dos que estão a sua volta. As muitas questões em torno da discussão da surdez, e a influencia da surdez no desenvolvimento da fala. Examinemos o primeiro quadro que define Surdez:

Limiares tonais*

Audição Normal	0 a 15 db
Deficiência auditiva suave	16 a 25 db
Deficiência auditiva leve	26 a 40 db
Deficiência auditiva moderada	41 a 55 db
Deficiência auditiva	56 a 70 db

moderadamente severa	
Deficiência auditiva severa	71 a 90 db
Deficiência auditiva profunda	Acima de 70 db

* Média dos limiares tonais em 500, 1.000 e 2000 Hz. Redondo (2001: 11)

Deficiente auditivo é como se autodenominam muitos surdos adultos, principalmente aqueles que apresentam perda auditiva de leve a moderada, que não se consideram totalmente surdos. Essa atitude resulta do processo educacional e reabilitacional a que foram submetidos, nos anos 70 e 80, época em que era dada grande ênfase ao oralismo. (Redondo, 1999 org)

Segundo o INES³ há dois tipos de surdos: o parcialmente surdo (surdez leve e moderada), e o surdo (surdez severa e profunda). O portador de Surdez Profunda ou Surdo que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral.

Para exemplificar o caso de um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Assim também, não adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não a percebendo, não se interessa por ela.

A primeira definição aqui colocada bem exemplifica o contexto que hoje, vive o surdo no mundo Inclusivo. Independente do grau de perda auditiva são chamados de deficientes auditivos. Primeiro deve também entender o real significado deste termo Deficiência: 1 - Falta Carência. 2 - Insuficiência. Ou ainda do significado de Deficiente: 1 - Em que há deficiência. 2 - Pessoa que apresenta deficiência física ou psíquica. (Ferreira 2000: 205).

³ Instituto nacional de educação e integração de surdos. Do Rio de Janeiro de 1857.

O termo deficiente auditivo, segundo Behares (1993), reflete uma um ponto de vista médico-organicista, em que o surdo é visto como portador de uma patologia localizada, uma deficiência que precisa ser tratada. Em contrapartida trabalha, uma perspectiva sócio-cultural chamado à atenção para o emprego do termo surdo uma vez que é esta a expressão utilizada pelos próprios surdos para se referirem a si mesmo e a outros surdos.

As políticas inclusivas, rotula todo e qualquer Surdo de deficiente. Se pensarmos no que realmente significada do termo deficiente, nos depararemos com a idéia de déficit. E desconsideramos individuo como ser único, repleto de possibilidades. Mais ante de tudo foi necessário rotular os surd@s, de deficiente auditivo, para que a imposição da Língua Portuguesa para o sujeito surdo pudesse ser feita sem causar piedade, ou mesmo provoca – para os ouvintes, é lhe conceder um *status* privilegiado, ou seja, continuamos a viver da piedade do mundo ouvinte que apenas quer nos desconceituar de que é possíveis o surdo, e nos tornar “normais” apenas na perspectiva ouvintista⁴.

A limitação auditiva acarreta a necessidade de aquisição de um sistema lingüístico próprio (gestual-visual), desenvolvendo conseqüências de ordem social, emocional e psicológica. Por apresentarem uma forma particular de apreensão do mundo, devem ser identificados e designados como grupo. Portanto, foi escolhida neste trabalho a utilização do termo surdo para se referir às pessoas que não ouvem. Em síntese, entender a surdez enquanto deficiência, é uma concepção ideológica errônea. Para isso, é importante que possamos antes, entender a fala de Skliar de que ao definir surdez como *“construção histórica, comunitária, lingüística e cultural, e não como deficiência”*.

⁴ Skliar (1998: 15), “as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos; a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte.

1.6. - Cultura Surd@

...é preciso manter estratégias para que a cultura dominante não reforce as posições de poder e privilégio. É necessário manter uma posição intercultural mesmo que seja de riscos. A identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual. Essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como construção multicultural. Perlin (1998: 57)

A palavra inclusão tem aparecido bastante nos últimos tempos. Seja na mídia, seja nos espaços educacionais, espaço ocupado pelos denominados “portadores de deficiência”. A inclusão carrega um sentido totalmente negativo, associado com perda de identidade cultural e lingüística do surd@s.

Dentro deste contexto, podemos traçar um paralelo comparativo aos da colonização do Brasil. Fato este que implicou ao Brasil, muitas batalhas pela Independência em busca do direito a ser uma Nação livre e dona do seu próprio destino.

Nesta perspectiva, paralelamente à Cultura Surda e à Língua de Sinais, é necessário se entender a colonização praticada pelo ouvinte sobre mundo dos surd@s e também, sobre o sujeito surdo.

Ao longo do tempo, foi necessário aos surd@s desprenderem-se de grande parte das suposições impostas pela cultura ouvinte, de que o surdo é um mero deficiente auditivo. Por outro lado, era necessário à cultura surda enfrentar a imposição da Língua Portuguesa sobre o sujeito surdo, apostando de que é possível o surdo ser *normal* apenas na perspectiva ouvintista.

Dessa forma, pode-se perceber que ainda impera fortemente uma prática de colonização sobre os surdos, que sem voz nas mãos, são amordaçados culturalmente sem poder expressar a sua Cultura Surda, sem poder expressar seu pensamento através das suas mãos, através da sua Língua de Sinais.

Ainda há um longo caminho a trilhar. Para que se tenha bons resultados erigidos pelo Movimento Surdo, há batalhas a serem vencidas, lutas a serem travadas, nesse processo de construção que se denomina a construção da identidade cultural dos surd@s. A tarefa primordial será, nesse contexto,

entender o que é a surdez e a cultura surda em seus múltiplos aspectos. Definir surdez e indivíduos surdos sem rotulá-los de incapazes.

Ser surd@ é ser diferente, e por sua vez, é estar apartado da sociedade dita “normal”. Para quem ouve, a forma de comunicação dos surdos (ou seja, a Língua de Sinais) remete aos tempos da infância da civilização, quando os grupos se comunicavam por gestos e sons guturais. Dessa maneira, para quem ouve, o surdo deve ser trazido e adaptado à condição de civilizado.

Historicamente se constituiu um mecanismo de representação cultural em que muitos elementos místicos e conceitos mais bizarros sobre a surdez tornaram-se arraigados no imaginário social, tais como: o surdo não fala porque tem a “língua presa”, se o médico a soltar “falará novamente”.

Dessa forma, a sociedade desconsidera a surdez enquanto fator genético. Acredita-se que a surdez seja punição pelos pecados cometidos em vida passadas não lembradas pelos pais, uma visão cada dia mais valorizada, visto o surto fundamentalista por que passa a contemporaneidade. Dessa maneira, a surdez marcaria os que não estão aptas às vidas em sociedade, os não aceitos por Deus.

Neste contexto, a língua de sinais aparece enquanto linguagem de comunicação. Não me prenderei a trabalhar a língua em si, pois jugo que esta dever ser uma preocupação da lingüística. Mas a idéia central, é a de que ela pode ser o primeiro passo para a família contribuir para o processo de inclusão. Que a mesma seja o elo de ligação do surdo com a sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento pleno.

Se é por meio da história que se habilita os homens a serem críticos, é esta também a possibilidade oferecida aos Surd@s, uma vez que sua língua mãe os auxilia a aprender a história.

A Surdez, sob uma perspectiva histórica, deve ser visualizada sobre um novo foco. Os surd@s devem ser vistos enquanto indivíduos possuidores de identidade e cultura própria, não como indivíduos místicos, ou defeituosos, inaptos para o convívio social. Assim, devem ser quebrados muitos preconceitos culturais impostos sobre a cultura surda.

Na educação, por exemplo, muitos esquecem que a escola deve ser local de sistematização e mediação dos conhecimentos, que sirvam para

construção da cidadania. Como não considerar o surd@ em sua cultura, também e sobretudo, na escola.

Em uma afirmação de Skliar (1998:07)

As idéias dominantes, nos últimos cem anos, são um claro testemunho do sentido comum segundo o qual os surdos correspondem, se encaixam e se adaptam com naturalidade a um modelo de medicalização da surdez, numa versão que amplifica e exagera os mecanismos da pedagogia corretiva, instaurada nos princípios do século XX e vigente até nossos dias. Foram mais de cem anos de práticas engeguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência.

A partir das concepções contemporâneas, como a do multiculturismo, deve se ter em mente, que o surd@ é uma alteridade na sociedade. A partir disso, é fundamental que a sociedade aceite o fato de que, ser Surdo não é ser anormal. Uma das que luta pelo Movimento Surdo, é de uma Cultura Surda reconhecida como autônoma à cultura ouvinte. Se assim não for feito, a cidadania dos Surd@s estará comprometida, pois a tradição ouvintista, no mais das vezes, prejudica a construção da Identidade Surda, dando margem à idéia de que é possível o Surd@. Impõe-se a ele o viver a margem da cultura ouvinte. Assim, a luta deve ser direcionada para que o surdo possa se informar a partir de sua própria cultura. Da mesma forma o encaminhamento da luta de reconhecimento dos surd@s deve centrar-se na resistência aos movimentos que visam uma homogeneização, advinda do mundo que ouve, sobrepondo-se ao mundo não ouvinte, portanto, ao mundo em que predominam os sons do silêncio.

Capítulo 2

Surdez e o seu Significado Social

De certa maneira, os anos 90 impuseram uma reflexão sobre o universo das desigualdades e das identidades. De certa maneira, o mundo se apercebeu que era hora de aprofundar as perspectivas de convívio social. Isto se deveu, de certa maneira, ao processo de aprofundamento de movimentos como os de defesa da mulher, os de reconhecimento da identidade homossexual entre tantos outros que aqui poderiam ser lembrados.

Fato novo, passou a ser a luta pelo reconhecimento de uma identidade cultural dos sur@s. Isso passou a significar a constituição de uma alteridade em meio a uma identidade cultural. Pode-se afirmar tal postura, por do reconhecimento de uma cultura surd@ pressupõe a reafirmação de uma identidade cultural nacional (brasileira) pois, a língua de sinais é eminentemente singular e culturalmente assentada. LIBRAS (LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS) deve ser pensada como uma segunda língua nacional. O significado social da existência do surd@s é muito maior do que se pode imaginar os debatedores de nossa cultura.

2.1- Os significados da adaptação/reabilitação no caso do Surdo

Para discutirmos estas questões relacionadas adaptação/reabilitação basta que busquemos conhecer o desenvolvimento dos estudos nas áreas do que hoje chamamos de otorrinolaringologia⁵ e da fonologia⁶. Percebi a que a evolução destas, iniciou-se misturada ao que rotulavam de educação.

A readaptação da criança surda na França evoluiu do preceptorado ao Instituto de Surdos em direção à integração escolar. O preceptorado⁷ francês no século XVII, é outra característica do modelo readaptador na França. (Lafon

⁵ 5Parte da medicina que tem por objetivo o estudo e tratamento das doenças do ouvido, nariz e laringe. Dicionário Brasileiro Globo: 1996.

⁶6Estudo ou tratado dos fonemas, das unidades distintas de uma língua. Dicionário Brasileiro Globo: 1996

⁷ 7O preceptorado francês, um professor se dedica exclusivamente a atender uma criança surda por vez.

1989:3). Posteriormente, tais instituições se desdobrariam nas classes de internatos de ensino oral.

Entre este período de 1770 a 1878 duas correntes de adaptação/reabilitação dos surdos trabalhavam duas formas paralelas, a pedagógica que utilizava a mímica e a visão medica oralista.

Traçando um paralelo dos métodos reabilitadores, deparamos com a criação do primeiro instituto de surdos e mudos, criado para ensinar o mudo a falar. Tendo inicio a educação auditiva na criança surda em classes integradas em um instituto de surdos criado no ano de 1805 por Jean – Marie, que imagina possibilitar ao surdo a aquisição da “língua de todo mundo”, que e superior a mímica.

No Brasil, como já mencionei, deu-se a criação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos em 1857, que adotava o mesmo modelo pedagógico. Percebe-se que a escola que deveria que o local de se ensinar alguns conhecimento, ficou presa somente ao processo da oralização.

Este processo adaptação/reabilitação esteve deste os primórdios da educação dos surdos, presente nos institutos, nas escolas inclusivas. Confundiuse adaptação/reabilitação com educação.

No congresso realizado em Milão em 1880, o método oral foi escolhido, justificando que o surdo uma vez oralizado poderia estar apto a aprender. Pelo método oral colocava-se diante dos olhos dos surdos, também a escrita. Neste período o Brasil dependia economicamente da Inglaterra, mas adotava métodos pedagógicos franceses. Portanto havia um quebra nestas relações de dependência econômica e cultural (Soares1999: 44)

Caminhados alguns degraus deste processo. Chegamos no Brasil do século XX, percebe-se mudanças nas cidades que se urbanizavam cada vez mais, pela industrias que apareciam no cenário das cidades.

A industria e a metrópole intregam, no perfil urbano novo presenças no dia-a-dia da grande cidade. Uma sombra incidira sobre o recorte urbano, provocando inquietações e emergindo novos saberes voltados para a busca da regularização da vida em sociedade” (Monarcha 1990:131).

Apesar deste contexto de desenvolvimento, não houve no país medidas de mudanças no ensino educacional oferecido aos surdos. A pedagogia adotada ainda continuava a preocupar-se com a oralização.

(...) Privado do uso da palavra articulada pela deficiência das sensações acústicas não é possível definir e interpretar as formas e manifestações ambientais, recorrendo à práica elementar da expressão muscular e gesticulada.

(...) adquirindo um vocábulo artificial por intermédio dos sentidos supletivos habilmente dirigidos e desenvolvidos com o fim de corrigir a deficiência auditiva, ele consegue colocar-se em condições mais vantajosa para a sua atuação no seio da sociedade. É obvio que esta atuação se acha na dependência da aquisição maior ou menor de sua cultura indispensáveis, inclusive do aprendizado de ofícios que, como dissemos, fornece ao aluno os recursos para a conquista da sua independência econômica (Lacerda, 1934: 7-8).

Quando nos transportamos para o século XXI, as medidas reabilitadoras continuam a lembrar estas primeiras aplicações.

2.2 - O estigma da surdez na família, a barreira para a integração social.

O estigma ou marca, de origem grega, era feito por meio de cortes ou queimaduras de ferro em brasa, para que pudesse ser visível, que o portador era um escravo, criminoso ou traidor, que devia ser evitada em lugares públicos. (Godinho 1982:88)

A família é o agrupamento biológico, quem primeiro estabelece normas de descendência e herança. Constituindo a base de toda a organização social e a cooperação em qualquer função econômica, religiosa e mágica.

A família é o primeiro a que está mais próxima dos indivíduos. Grande parte dos nossos valores positivos a nos transmitidos e tido como aceito pelo grupo social que nos rodeia, e que por nos e assimilado de forma natural. A medida que o indivíduo tornar-se capaz de decidir por si só, elege os valores que

mais o atraem. E a família que controla toda a organização social, é o seu interior e o reflexo da sociedade exterior. A quem diga que famílias fortes constituem sociedades fortes.

Enfim a personalidade do individuo é estruturada é sedimentada pelos valores e princípios regentes da estrutura familiar. Sem dúvida as escolhas que faremos deve passar pelo aval sócio-cultural da família, que sofre um constante processo de mutação, na medida que se associa a ela novos valores.

É com a família que se dividem nossas primeiras experiências. É com a família que dividimos nossa sobrevivência. Por outro lado é a família que nos faz seguros e nos torna aceitos pelos demais. É ela quem cria em nós o sentimento de comunidade. Se há um momento em que surge um estigma para o surd@, este momento, no mais das vezes se dá na primeira comunidade: a família. Ela é responsável pelos estigmas mais fortes em relação do ser surdo.

O primeiro estigma começa com o reforçamento de que o Surd@ é antes de tudo um “deficiente” como explicar isso? No mais das vezes, as famílias sentem-se perdidas e incapazes de cuidar de seus filhos como uma alteridade, ou seja, como um ser diferente, por sua incapacidade de ouvir. Primeiro porque a família recebeu toda uma carga ideológica, que desconhece as habilidades que um surdo pode desenvolver, tal qual um ouvinte⁸. E quando se deparam com a surdez na sua família, as reações são as mais diversas.

O peso do nascimento de uma criança Surda é significativa no grupo familiar, pois será necessário um tempo para que assimilem o nascimento de um ser humano diferente daquele que estava previsto.

As reações na busca de explicações são as mais variadas possíveis. Vão desde o sentimento de culpa dos pais pelo problema, até a busca de explicações sobrenaturais pelo acontecido, pela sua própria impotência em lidar com os fatos. Em uma citação de Godinho, 1982:44, depoimento recolhido de seu trabalho de campo no interior do Brasil, observa-se as seguintes explicações populares sobre a existência da surdez: o Surdo não fala porque tem a “língua presa” e “se o médico a soltar” ele falará normalmente. Releva-se assim, um total desconhecimento das razões da deficiência auditiva.

⁸ Termo utilizado pelo Surd@ para se referir a quem ouve.

Em outro caso o depoimento de uma mãe, mostra que a idéia de inutilidade é agregada como um valor ao sujeito surdo: “O surdo lá na minha terra não liga pra ele, não estuda, é quase uma débil mental”.

Em um segundo olhar, destaca-se a visão punitiva. Surdez tem ligação, numa concepção muito comum com a agregação do pecado e a punição divina por um pecado cometido em vidas passadas. Para uma minoria, a surdez pode significar um sinal, uma benção para melhorar o casamento: “Depois que a minha filha teve meningite e ficou surda, meu marido melhorou muito, ficou mais carinhoso com a família. Parece que isto veio para que as coisas melhorassem entre nós, acho que devemos dar glória a Deus... o sofrimento nos aproxima de Deus...”. Em confirmação a essa visão fatalista, os religiosos nessas perspectivas ressaltam a função do pecado, no contexto da surdez. Utilizam-se inclusive da citação bíblica do livro de Isaías escrito por volta de 732 A/C em Jerusalém:

Naquele tempo abrir-se-ão os olhos dos cegos e destampar-se-ão os próprios ouvidos dos surdos. Naquele tempo o coxo estará escalando como o veado e a língua do mudo gritará de júbilo. (Isaias 35: 5, 6).

Verificamos a aceitação de uma condição pecadora, tendo como agravante a surdez e mudez. Restando a condição reabilitadora da cura milagrosa. Defendida pelo cristianismo.

No decorrer do seu trabalho Godinho (1982:45) ainda mostra a surdez sob a referência do estigma. Segundo ela, uma mãe que procurava ajuda para sua filha de sete anos, que havia procurado várias clínicas “*com receio de ouvir o diagnostico da deficiência auditiva*”, pois em sua compreensão “*uma criança surda é quase um débil mental, sem possibilidade alguma de integração social*”. E assim se perpetua a imagem do surdo dependente e impossibilitado. E quando se dá notícias de alguns Surd@s que conseguem chegar a universidade, e que demonstram que de certa forma atingiu-se uma integração, “*os pais ficam embevecidos, e não raro fazem dele um mito*”. (Godinho, 1982: 46).

Os pais desejam que seus filhos possam se desenvolver, assim que informados das possibilidades da linguagem do surd@s. É um desejo dos pais que os filhos venham a falar, “papai” ou “mamãe”. E quando já adquirem

linguagem, os pais anunciam com firmeza: *“ele é surdo mais fala”* ou *“ele é surdo por que Deus assim o quis, mas fala”*. E assim se reproduzem os muitos estigmas da Surdez, e os pais encontram um argumento fugindo da culpa, pela surdez do filho, como se em autodefesa da sociedade de não entender a surdez.

Evidenciou-se que o modo que os pais se comportam frente à surdez do filho depende do conjunto de representações que eles tenham e façam da surdez. Representações que podem ser favoráveis ou não ao processo educacional do filho.

Nesta sociedade que marcou os diferentes, separando-os das outras pessoas, os que são iguais, são colocados em outra esfera, separados dos “deficientes”. O estigma ao surd@ torna-se um processo que se identifica com as das demais minorias

Numa discussão sobre a estigmatização da surdez Ribas (1998:17-19) colocam-se afirmando que existe também uma aceitação por parte dos ditos “diferentes”, de sua condição de “ser excluído”. Aceita e admite até uma condição de “inferioridade” em relação aos demais “normais”. O que pode explicar isso: uma busca de autopiedade? Incapacidade de reação ao processo de distinção social que o diminui?

Quando por exemplo o Surd@ passa a usar uma prótese, ele é muitas vezes, incentivado a usá-la para parecer uma pessoa ouvinte normal ouvindo bem. Pensa-se que a prótese pode somente auxiliar no seu dia-a-dia. Não se pensa, no entanto, como isso o torna diferente, às vezes até exótico. É muito comum que quando um ouvinte vê um surd@ usando prótese, ou ele começa a gritar, ou a tentar falar fazendo gestos. Se a prótese auxilia o surd@ no dia-a-dia, ela, no entanto, não o integra a uma comunidade normal. Pelo contrário, ela o distingue.

2.3- Surdez e Empregabilidade

Quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a

qualquer outro grupo de sujeitos. (Patrícia Pinto).

Quando buscamos estudar os surdos trabalhadores, entendemos que eles formam um movimento social articulado a partir de reivindicações específicas das pessoas surdas no sentido do reconhecimento de sua língua, de sua cultura. A imagem cultural que se faz do Surd@ restrita a da incapacidade para o exercício de uma profissão se faz coerente com esta imagem que sempre se fez da surdez.

As décadas de 60 e 70 trouxeram os movimentos de reivindicação popular e a retomada pelos então considerados grupos minoritários da Carta das Nações Unidas de 1945. É a partir destas décadas que surgem, entre outros, documentos que propunham os debates sobre emprego e trabalho. A Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (ONU, 1971), a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975) e a Convenção 159 Sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes.

No Brasil a Constituição Brasileira de 1988 veio consolidar, em vários capítulos, os direitos sociais e individuais - incluindo os de acesso ao trabalho - aos portadores de deficiência (Ribas 1998:10). Visava-se assegurar que existam medidas adequadas de reabilitação profissional ao alcance de todas as categorias de pessoas deficientes e promover oportunidades de emprego para as pessoas deficientes no mercado regular de trabalho, além de chamar a atenção para a falta de percepção pública do país do que constituem as políticas econômicas e sociais sustentáveis, ainda afirma que os portadores de deficiência continuam sendo um grupo *"particularmente vulnerável no mercado de trabalho"*.

Diante disso considerei importante levantar algumas questões pertinentes a discussão da empregabilidade, e que discutirei a seguir:

- 1) Na atual conjuntura econômica do país e em face das novas relações de trabalho as empresas privadas conseguirão contratar a porcentagem de portadores de deficiência estipulada pelas cotas?
- 2) Em caso afirmativo há quantidade suficiente de portadores de deficiência profissionalmente qualificados para assumir imediatamente os postos de trabalho supostamente abertos pela imposição das cotas?

É fato que muitas pessoas portadoras de deficiência não estão qualificadas profissionalmente para exercer tarefas profissionais específicas, até porque não têm escolaridade formal, não passaram por nenhum programa de educação profissional, nunca trabalharam. Todavia, também é fato que elas precisam trabalhar para terem independência econômica e, portanto, melhor qualidade de vida.

A proposta de terceirização de trabalho (empresa/instituição e empresa/empresa) precisa ainda ser melhor estudada. Mas não se deve descartar o debate sobre a criação de um fundo que concentraria recursos financeiros privados para o uso aleatório, a rigor transfeririam, mediante repasse de responsabilidades e "donativos em dinheiro", a resolução do problema para outros agentes, que não o poder público.

A comunidade surda vê nos movimentos dos surd@s uma possibilidade de caminhada política de resistência às práticas ouvintistas, até então hegemônicas nos diferentes espaços educacionais, sociais e culturais, como também, um espaço de luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais e das identidades surdas. Para o movimento surdo, contam as instâncias que afirmam a busca do direito do indivíduo surdo ser diferente nas questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho, da saúde, da educação, do bem-estar social (Perlin, 1998: 71). Esses movimentos se dão a partir dos espaços articulados pelos surdos, como as associações, as cooperativas, os clubes, onde “jovens e adultos surdos estabelecem o intercâmbio cultural e lingüístico e fazem o uso oficial da Língua de Sinais”.

Um dos principais fatores de reunião das pessoas surdas é a Língua de Sinais, através da qual eles encontram oportunidades de compartilhar suas experiências e seus sonhos, e também um espaço de reafirmação da luta pelo direito ao uso dessa língua. Mas as questões discutidas pelos movimentos surdos se ampliam e diversificam, segundo suas realidades locais e nacionais.

Os surdos, diante da relação entre trabalho e os movimentos surdos se dá de diferentes formas e em diferentes níveis. Por exemplo, na Dinamarca, o início da associação de surdos ocorreu a partir da motivação de surdos trabalhadores que se reuniam em função de seus interesses laborais. Exemplos semelhantes encontram na Tailândia, onde, em 1982, um Seminário de

Treinamento para Surdos artesãos evolui, formando mais tarde, a Associação Nacional dos Surdos na Tailândia - ANST.

Outras associações, mesmo não tendo a motivação inicial ligada às questões do trabalho, no decorrer de sua história vão somando esforços nesse sentido. Encontramos essa preocupação explicitada nos objetivos de entidades representativas dos surd@s do Brasil e também de outros países.

Pode-se perceber ainda que os discursos sobre a surdez e os surd@s não se apresentam de forma homogênea. Eles estão inscritos entre diversas formações discursivas, constituídas a partir de diferentes práticas ligadas aos campos da medicina, da pedagogia, da lingüística, entre outros. Esses saberes articulam-se através de jogos de poder que devem ser entendidos em sua historicidade.

Encontramos diferentes enunciações nos documentos analisados, onde em alguns momentos elas se repetem, algumas se excluem, dentro de um jogo discursivo que não está solto: está ligado a um momento histórico onde diferentes formações discursivas estavam em jogo.

O tema comunicação, por exemplo, aparece freqüentemente, conjugando-se com outros temas, entre os quais a educação e o trabalho. Repetidamente, encontramos enunciações que dizem que o importante é comunicar, não importa como, ou ainda que a chave da educação está na comunicação; surd@ sem comunicação, portanto, não teria condições de educação.

A necessidade da comunicação perpassa os espaços familiares, da escola e chega também ao local de trabalho, onde ela é apresentada como o principal problema na vida das pessoas surdas. Mas mesmo com dificuldades constata-se um empenho para que os surdos superem essa situação.

A comunicação é apresentada como estando articulada ao silêncio. O silêncio interfere ou até mesmo impede a comunicação, sendo considerado um problema para as pessoas surdas em seu convívio social.

O silêncio, quando relacionado ao mercado de trabalho, é associado com eficiência e competência - silêncio correspondendo ao não falar e à possibilidade de uma maior concentração e produtividade. Trazendo o silêncio como uma marca das pessoas surdas.

Os campos discursivos são constituídos a partir de relações de saber/poder, ou seja, é nesse espaço que se articulam saberes e poderes. A perspectiva foucaultiana nos traz uma concepção de poder enquanto prática social constituída historicamente. Como diz Foucault (1993):

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todo o lugar. (...) o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (Foucault, 1993: 89).

O poder é produtivo - ele atinge a realidade concreta dos indivíduos, produzindo individualidades. O que interessa ao poder é gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando ao máximo suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades (Machado, 1990: xvi). Para Foucault (1993: 91):

(...) onde há poder há resistência(...). Resistência é o poder de não se submeter ao poder do outro. Não é algo que vem de fora, mas se dá dentro da própria rede de poder, não tendo propriamente um lugar: há pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a estrutura social. Uma das condições de poder é justamente a existência de uma estratégia de lutas e de contestação.

Junto às resistências, vão se constituindo saberes que colocam em questão os saberes oficiais, hegemônicos. Muitas vezes fragmentários, assim como de saberes gerais que não deixam de lado as lutas e os conflitos sociais mas que, pelo contrário, permitem recuperar a memória histórica dos enfrentamentos e das resistências, favorecendo assim a oposição à tirania dos discursos globalizantes, com suas hierarquias e privilégios.

Um exemplo significativo de resistência nos movimentos surd@s vem se dando no campo da educação. As discussões emergentes sobre a participação de surd@s nas decisões educacionais das escolas, os movimentos em direção à ruptura com o que até então se denomina educação especial, procurando redefinir novos espaços, novos sujeitos, são alguns dos exemplos de saberes,

fragmentados e descentrados, às vezes, mas que vêm a contrapor os saberes oficiais, instituídos e considerados até então como verdadeiros.

As resistências aos discursos totalizantes das comunidades surdas vêm se apresentando de diferentes formas, tanto nos movimentos de lutas pelo reconhecimento da Língua de Sinais, como na criação das associações de surdos, grande parte delas surgindo num dos períodos de maior ênfase à oralidade e à negação da diferença (Skliar, 1997), envolvendo o final do século passado até aproximadamente as décadas de 60 e 70 de nosso século. Produções artísticas de surd@s em áreas como o teatro e a poesia visual trazem diferentes linguagens e formas de relacionamento com as artes, distintos de quaisquer outras manifestações entre outros grupos. São esses alguns exemplos de movimentos entendidos como de resistências, distribuídas no tempo e espaço, e que se constituem de diferentes modos, provocando manifestações decisivas entre grupos e indivíduos (Foucault, 1993).

Encontramos ainda muito de acomodação e dependência às narrativas ligadas a uma história tradicional dos surdos que vem legitimar uma concepção que se queria negar. Os discursos sobre a surdez e o trabalho vêm atravessando os vários espaços da vida das pessoas surdas, colocando determinadas características e atributos como sendo próprios da surdez. Dessa forma, tal atitude ajuda a desestabilizar essa identidade surda essencial, quando se argumenta que a identidade é uma conquista numa troca de economias discursivas, porém onde vamos reconhecendo nossas diferenças como sendo naturais.

Capítulo 3

O Surdo e a Linguagem.

O grande advento para o surdo sem dúvida foi uma linguagem própria. Tudo que se propunha em termos de recuperação ficou muito distante do significado da constituição de um universo novo instaurado pela popularização da Linguagem de Sinais.

3.1- Os avanços tecnológicos no auxílio da surdez.

Quando tratamos de instrumentos para o treinamento da fala percebe-se a "tentativa" de "adequar" o indivíduo surdo ao mundo ouvinte e falante. Isso nos coloca frente a pesquisadores e educadores que como intenção "melhorar" a sociabilidade e a integração desses indivíduos. Muitos instrumentos visuais de treinamento da fala foram criados, pois constata-se que o auxílio visual é de extrema valia para indivíduos surdo no aprendizado da fala.

Historicamente, temos como exemplo Alexander Graham Bell que em 1874 idealizou um "display visual", que consiste em um aparelho que utiliza instantaneamente o feedback das ondas da voz do usuário. Em 1944, foi criado no Bell Telephone Labs o "Visible Speech Translator", que através de uma tela (semelhante a da televisão) mostra ao aluno imagens instantâneas das ondas dos padrões sonoros de fala. Esses padrões de frequência da fala são emitidos e comparados entre o indivíduo surdo e o normal, sendo estes analisados simultaneamente, utilizando-se também, como auxílio visual, a coloração da tela. (Pickett.1968).

Após vários testes, esse aparelho sofreu transformações, sendo descritas por Starck, Cullen e Chase (1968) e a tela anterior foi substituída por uma tela de *estocagem*, ou seja, uma tela onde se mostra e fixa o padrão de voz desejado, podendo ser comparado e alterado quanto tempo for desejado.

Stark (1970) também pesquisou através desse aparelho oito crianças surdas, com idade de 7 a 12 anos, tendo como objetivo principal melhorar a produção da sílaba "pa", e um outro grupo de crianças que foram treinadas com um método táctil convencional. Observou-se que o grupo de crianças treinadas

pelo método táctil apresentou melhoras significativamente menores do que aquelas treinadas pelo VST.

Outros pesquisadores importantes foram Potter, Kopp e Green (1947), que, utilizando-se do VST, notaram, após treinamentos sistemáticos, que seus alunos eram capazes de ler um grande número de palavras e de conversar por meio de frases simples. No entanto, notaram também que os padrões do VST para frases fluentes "eram muito complexos, e provavelmente, jamais seria possível comunicar-se somente por essa forma a uma velocidade próxima a da fala fluente" (ib. pg 87, 88).

Um outro aparelho foi criado por Hubert Upton, em 1968, em que lâmpadas miniaturizadas foram instaladas sobre as lentes de óculos (que fazem com que a voz ao ser emitida vá acendendo as lâmpadas). O acender de cada lâmpada bem como a intensidade do seu brilho (que é relacionado com a presença de certas categorias de sons) eram controlados por circuitos que reagem às características da freqüência e duração da fala recebida.

Outro grande desafio visual para o treinamento de fala foi o LUCIA, idealizado pelo Speed Transmission Laboratories, que teve como pesquisadores Lövgren e Nykvist entre 1957 e 1959 e que fora atualizado por Risberg em 1968. O LUCIA permite ao seu usuário visualizar blocos verticais e horizontais de luzes que representam padrões, sendo as frequências (completas) divididas em 20 faixas, e a intensidade em 10 blocos com 3 db (cada). Portanto, cada faixa representa diferentes parâmetros para indicar a qualidade da voz. Por exemplo, se a fala é rápida e fluente, o padrão de luz muda rapidamente. Esse aparelho também permite ao usuário "congelar" uma determinada expressão de voz para que posteriormente possa ser examinada e treinada (ib. pg 89). Risberg, nessa mesma época, projetou um indicador nasal para medir a nasalidade através de um coletor de vibração colocado na lateral das narinas.

"Tanto as consoantes nasais como as vogais nasaladas são bem discriminadas dos sons não-nasais, que têm um nível de vibração bem fraco no nariz" (ib pg 94).

Esta é uma versão eletrônica dos métodos mais antigos de sentir as vibrações nasais com os dedos.

Pronovost, Yenkin, Anderson e Lerner (1968), tentando viabilizar o uso mais simplificado nos treinamentos da fala, desenvolveram o "Voice Visualizer", que mostra diferentes e amplas classes de sons, como, por exemplo, vogais frontais, posteriores e sons nasais. Nessa mesma data, os pesquisadores Picket e Constam construíram um display bidimensional, uma espécie de *spot*, ou *luz direcionada* que é acionada a medida em que o usuário fala. A tela então indicam, segundo seus autores, a articulação da língua durante a elocução de vogais, sons semivocálicos e semivogais.

"Display de medida", um outro aparelho que foi estruturado por Martony e Phillips (1968), surgiu com a preocupação de obter resultados objetivando principalmente a entonação da voz através do movimento de uma agulha sobre um medidor. Os autores observaram que:

Sons como o "s" e o "sh" não podem ser ouvidos pela maioria dos surdos, portanto a pronúncia correta é difícil, mas é fácil de se obter eletronicamente uma medida da qualidade destes sons, que pode ser mostrada como uma deflexão da agulha em um medidor" (ib. 93,94).

Como pudemos observar, vários foram os pesquisadores interessados na questão da fala dos surdos. Mencionamos apenas umas fatias pequenas dessas pesquisas e tentativas; podemos então observar mais recentemente outros materiais que foram sendo elaborados.

Um dos principais órgãos que se dedicam a pesquisar notadamente a questão da oralidade dos surdos é a Alexander Graham Bell Association for the Deaf, que está localizada nos Estados Unidos, em Washington DC. Além de publicações de livros, jornal, pesquisas, promove congressos e articula pesquisadores do mundo todo que queiram se associar. Oferece bolsas de pesquisa para aqueles que se interessam principalmente pela área da surdez. Relatamos abaixo alguns dos materiais em leitura labial que foram publicados em 1994 (dados oferecidos pela Summer, 1994 publications, da Alexander G. Bell Association For the Deaf).

O Lipreading Made Easy and Lipreading Made Easy Videotape (Greenwald, Audrey, B) é sugerido principalmente para adultos que já tenham sido treinados em leitura labial estudarem em casa, uma vez que é uma série de

exercícios que podem ser concluídos no período de 8 a 10 semanas. Esses exercícios contêm um livro com fotografias de lábios pronunciando os diversos fonemas da língua inglesa e uma fita de vídeo seguindo o mesmo método de ensino que pode ser usada independente do livro.

O *Lively Lipreading Lessons* (Fisher. 1984) é um livro que tem como característica principal a adaptação entre o professor e a classe ou ao ensinamento individualizado, como a própria autora coloca "Do It Yourself". O professor de leitura labial pode utilizar das 16 lições oferecidas no livro (14 de consoantes e 2 de vogais) da maneira que lhe convier, associando graus maiores ou menores de dificuldades dependendo do nível de seus alunos.

Outro material é o *Read My Lips* (Russell L. Robert. 1994), série completa de 6 videotapes para adultos, contendo lições básicas de palavras e frases para o treinamento de leitura labial. A audiologista Marjorie Jacobs e o professor E. William Cymer, juntamente com a artista e designer Marie Buckley (1978), escreveram um livro muito utilizado nas escolas americanas para surdos. Têm como proposta pedagógica levar, através da escrita e de desenhos, informações e comentários indicativos para uma boa recepção e emissão

questão do Brasil colonizado por Portugal, que foi libertado da colonização portuguesa no ano de 1822. Durante a dependência, o Brasil foi submetido às mais duras pressões políticas e ideológicas no que se refere à exploração econômica, cultural, inclusive a lingüística, uma vez que, anteriormente à Língua Portuguesa, era a língua tupi-guarani utilizada pelos primeiros *brasileiros*, os índios.

3.2 - A língua brasileira de sinais (Libras) no processo de inclusão social

No decorrer deste trabalho procurei mostrar a existência de uma não aceitação da surdez. Em seguida, a noção de que o surdo deve, a todo custo, tentar aprender a língua oficial de seu país em sua modalidade oral para poder se aproximar do padrão de normalidade, esta definida e colocada pelos ouvintes. Da mesma forma procurei demonstra que hoje, há os que rejeitam a proposta de educação bilíngüe. E procurei demonstrar que tal ação afirmativa tem sua

origem na luta histórica dos movimentos surdos por trabalho e em prol do reconhecimento da língua de sinais no processo pedagógico.

Hoje, no início do século XXI, nos encontramos em um momento ímpar da história, e que os surdos, pela primeira vez após o domínio secular do oralismo, imposto no decorrer dos tempos passam a intervir na construção de uma proposta educacional que tem como foco principal o reconhecimento de sua experiência visual por meio da língua de sinais.

Percebo que passa a existir o fortalecimento do que podemos chamar de “cultura surda”, por meio de movimentos articulados pelos próprios surdos, que puderem compreender a necessidade de uma maior participação nestes processos de construção de identidade surda. Isso permitiu que se quebrassem as barreiras da imposição da cultura ouvinte, visto que no decorrer dos anos as lutas pela reabilitação da surdez, as reivindicações e posicionamentos sobre os interesses dos surd@s ficaram a cargo de quem ouve.

Nesta discussão levantada, procurou-se provar a eficácia da Língua de Sinais nos muitos processos de aprendizados dos Surdos em contraposição ao oralismo puro.

O ambiente lingüístico deve ser o mais adequado possível à criança surda, para facilitar a aquisição da língua de sinais e evitar o atraso da linguagem e todas as suas conseqüências, em nível de percepção, generalização, formação de conceitos, atenção e memória. E acrescenta que provavelmente “a língua de sinais será a língua mais utilizada na construção da fala interior e exercerá a função planejadora da linguagem, já que esta língua é mais fácil e natural para o surdo (Goldfeld 1997).

Já vimos que o oralismo e a comunicação total têm tido como principal objetivo a adequação dos surdos à realidade dos ouvintes. A proposta de educação bilíngüe construída pela Comunidade Surd@, não se almeja essa adequação, pois enquanto minoria lingüística, ela assume sua surdez como uma diferença histórica e cultural.

A língua brasileira de sinais (Libras) é a língua materna dos [surd@s](#), pelo fato de que quando se comunicam por ela não há barreira lingüística, que os impeça a de estabelecer uma comunicação acerca de qualquer assuntos. O

fato de que a língua de sinais tem uma estrutura e uma gramática própria constituindo-se uma língua visual-gestual.

As línguas de sinais se distinguem das línguas orais porque se utiliza um canal visual, veiculando significante e significado que também é percebido na mesma dimensão espacial visual.

As línguas de sinais são complexas porque dotadas de todos os mecanismos necessários aos objetivos mencionados, porém, econômica e lógicas porque servem para atingir todos esses objetivos de forma rápida e eficiente é até certo ponto de forma automática (Brito 1997:19)

Daí decorre o fato de apresentarem formas icônicas na estruturação do diálogo. Esta forma icônica é uma representação da realidade; explorando características próprias da realidade, e da estrutura lingüística e na articulação de cada palavra. O que leva a semelhança das línguas orais e das línguas de sinais.

A língua de sinais não é usada em todos os setores da sociedade, como bem sabemos, o que não diminui a importância da língua enquanto um código lingüístico, antes sendo usada em uma cultura bem distinta da que conhecemos.

Não se pode considerá-la como sendo pobre, pois ela tem todos os mecanismos para criar ou gerar palavras para qualquer conceito que vier a ser utilizado pela comunidade surd@. Serve, portanto, como um elo de comunicação, podendo ser utilizada por surd@s e ouvintes.

Não podemos terminar nossa análise sem demonstra a importância da LIBRAS para a constituição da cultura brasileira, como contribuição da cultura surda. A riqueza dos sinais, a concretidade associada ao significado, faz da LIBRAS, uma poderosa arma de inclusão, e que portanto, tem de ser divulgada e mais valorizada. Ao mesmo tempo, deve-se pensar orgulhosamente, que a riqueza lingüística do português, permite que a LIBRAS seja também extremamente complexa e significativa, por permitir tamanhas variações.

Por exemplo, o sinal em Libras de árvore representa o tronco da árvore pelo antebraço, e os galhos e as flores, através da mão aberta em movimento dos dedos.



Tratados, 1999 . Figura 385 e 386

Mão esquerda aberta, palma para baixo. Antebraço direito estendido para cima, mão aberta, palma para frente. Colocar o cotovelo em cima do dorso da mão esquerda, girar a palma da mão para trás.

Outra forma icônica é o sinal, xícara / café que são representados pelo mesmo sinal para ambas as palavras. O que não gera uma arbitrária, e totalmente convencional o emprego duplo do termo em Libras (Brito 1997:20). Pois cada sinal é empregada em um contexto especificam, do diálogo do surd@.



Tratados ,1999.Figura 419

Ou ainda casa/ telhado



Tratados, 1999. Figura 280.

Mãos fechadas com dedos unidos. Bater levemente as pontas dos dedos médias, indicador e anular, simulando um telhado.

Em LIBRAS a língua portuguesa se estrutura a partir de unidades mínimas, distintas e essas unidades quando substituída leva-nos a outra estrutura lingüística com outro significado. Apresentando como no exemplo a seguir apenas uma diferenciação no ponto de articulação. Onde sábado e articulado na “boca”, e aprender na “testa”.

Sábado



Tratados, 1999. Figura 609 e 795.

Aprender



Tratados, 1999. Figura 122 e 123.

Mão direita em “C” sobre a testa, palma para a esquerda. Abrir e fechar a mão várias vezes.

Existem também outras formas de pares mínimos como é caso dos sinais que seguem, onde a diferença pode ser observada na configuração de mão.

Acostumar/ costume



Tratados, 1999. Figura 23.

Braço esquerdo estendido, palma para baixo. Mão esquerda aberta com a palma para trás. Passar o lado da mão direita sobre a extensão do braço esquerdo até o dorso da mão.

Branco / cor



Tratados, 1999. Figura 878.

Existem os pares mínimos que podem ser diferenciados pelo movimento das mãos. Exemplos:

Acusar



Tratados, 1999 .Figura 27.

Mão direita em “4”, para a esquerda, colocar a ponta do dedo indicador na ponta do nariz, e joga-lá rapidamente para baixo.

Admirar



Tratados, 1999. Figura 29

Mão direita em “4”, dedos bem abertos, palma para a esquerda, um pouco inclinada para dentro. Encostar a ponta do indicador na ponta do nariz, e com a boca meio aberta franzir a testa.

Acontecer



Tratados, 1999. Figura 20.

Mão direita em “P”, mão esquerda aberta, dedos separados e palma para cima. Bater uma vez o dorso da mão direita sobre a palma da mão esquerda, num movimento da direita para a esquerda.

Errado

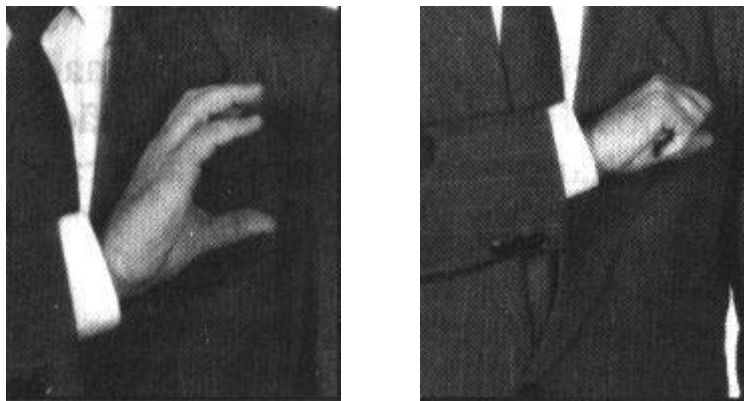


Tratados, 1999. Figura 201.

O mesmo de acontecer. Bater várias vezes sobre a palma da mão esquerda.

Em libras o classificador representa a classe que pertence o sinal, Po exemplo “C”.

Amor / Amar / Adorar



Tratados, 1999. Figura 48 e 49.

Mão direita em “C”. Encostar o lado da mão sobre o lado esquerdo do peito e fechá-la em “S”.



Tratados, 1999. Figura 112.

Colocar a mão direita em “c” no canto.

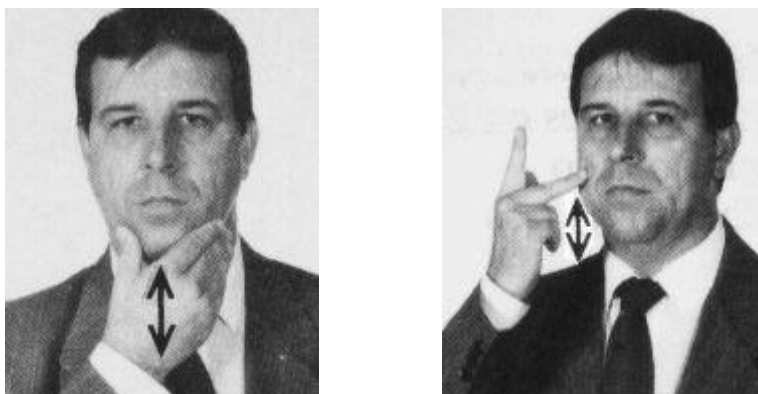
Acredito também que para a língua de Sinais, aos surd@s não passam despercebidas as diferenças de gênero, como nos casos a seguir:

Sinal de mulher, beija = sinal de mãe



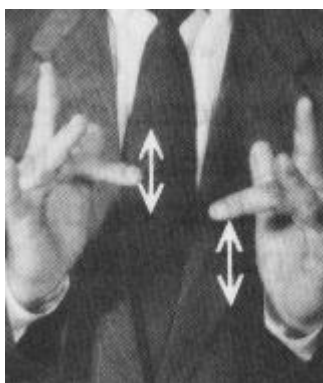
Tratados, 1999. Figura 700.

Sinal de homem/Pai



Tratados, 1999. Figura 563 e 434.

Namorar/namorad@



Tratados, 1999. figura 110.

A comunicação oral, ou língua de sinais acontece em proveito de um bem estar psicológico evidente no Surd@. E necessário que o ouvinte esteja consciente de melhor conhecer a língua de sinais, e os adultos [surd@s](#) devem ser formados para uma ação pedagógica, para que a língua não se perca.

Nesta discussão podemos e devemos discutir a função do intérprete de língua de sinais, que é o ouvinte conhecedor da língua de sinais. Primeiro faz-se necessário um curso de formação de intérpretes, ainda não disponível em nosso estado, para que haja um domínio mínimo da língua de sinais. Atualmente algumas questões podem ser colocadas, quanto ao método de avaliação para as funções de intérpretes de língua de sinais, nos deparamos com algumas barreiras o tem levado a uma inclusão inadequada:

- a) A falta de conhecimento, por parte de quem contrata, do que seria um real domínio da língua de sinais.

A língua de sinais como qualquer outra exige prática. Tem-se notado na prática, que quando se contrata intérpretes, estes apenas sabem entender os surdos, não se fazendo entender por eles.

b) A falta de conhecimento de que não apenas domínio da língua de sinais seja suficiente para o intérprete, reafirma a idéia de que junto à LIBRAS, é necessária a percepção de uma cultura surda. Especificamente, para esta atividade de interpretar LIBRAS, ainda que a pessoa seja capaz de empreender um diálogo de conversação plausível em grupos de conversação com surdos, na maioria das vezes, desprovida dos aspectos peculiares da cultura surda, ela não será capaz de compreender o contexto.

A função do intérprete é pouco questionada, dando-se por contente com o simples domínio da língua, ou a apresentação de um certificado de curso de língua de sinais, o que não deveria ser confundido com um curso de formação de intérpretes.

No código de ética dos Intérpretes, da SEE ⁹, discutido nas reuniões com as escolas pontua algumas questões:

- O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja instigado pelo grupo a fazê-lo.
- O intérprete deverá considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais.

Nesta discussão convém ressaltar e discutir melhor, e rever o que seriam estes diversos níveis da língua brasileira de sinais. Considerando que falta a língua de sinais estruturas que permita-se constituir uma padronização. Isto por outro lado permite uma riqueza maior, visto que as peculiaridades regionais se destacam radicalmente na LIBRAS.

Como ainda se discute questões referentes à formação dos profissionais de interpretação da língua de sinais, convém estabelecermos uma outra análise. Ao nosso ver, tais profissionais, deverão ter conhecimento prévio de todos os assuntos de todas as disciplinas em que farão a tradução simultânea, podendo atuar desde a educação infantil até nível universitário e de pós – graduação. Por

⁹ Secretaria de Estado – SEE – Superintendência de Ensino Especial (do estado de Goiás).

outro lado, os intérpretes não se podem confundir com os professores, que são os responsáveis pelo processo de avaliação do aluno.

Quem então será este super profissional? Para ser ter um bom desempenho é necessário que se esteja muito bem qualificado. Visto que a má formação do intérprete tem acarretado prejuízo aos alunos.

3.3 – “Cultura” dos surd@s e a “cultura” dos ouvintes – aspectos de um testemunho de uma surd@.

Ouvir às vezes não é fácil, ou quase impossível. Os muitos sons das ruas, os sons vindos das casas das pessoas, tudo se mistura, produzindo um barulho, que em muitas vezes não se pode identificar, ou diferenciar-se um do outro.

O barulho da universidade, o barulho das festas do DCE, o barulho das exposições, das palestras, dos alunos nos corredores interferem no ouvir o professor/a explicando o conteúdo.

Os sons da voz dos colegas de sala, quase que se perdem no meio de tanta gente falando. A chamada do professor precisa ser vista, para não se perder.

Dois fatos curiosos que me lembrei ocorrem que valem ser registrados. No 1º período do curso em 2001/2, tínhamos a disciplina de introdução aos estudos da História, o professor era excelente. Por que falava aos berros, e para mim isto era muito bom, eu nem precisava usar a minha prótese nas aulas dele. Isto mostra, que o que era anormal para os outros para mim era no mínimo, razoavelmente, bom.

O segundo caso foi da disciplina do projeto de monografia, a professora, pelo contrário, falava muito baixinho, e no primeiro dia de aula, no início do 6º período quase não pude ouvi-la, eu estava sem minha prótese.

No diálogo com quem ouve, muitas das vezes, os “S”, podem ser trocados por “P”, e muitas outras letras são confundidas. Ou na chamada o colega chamado Sancho, parece Stela. E assim se constroem muitas das confusões para os ouvidos. Para muitas vezes evitar a falta eu dizia pra alguém ouvir meu nome, intensificando minha dependência aos ouvintes.

Se nos referimos a como ouvimos, um dos problemas se faz em relação à música. Nas muitas vezes, a música torna-se gritante para os ouvidos. Sendo necessário o ajuste, tanto da musica, quanto do aparelho sonoro e da prótese.

Seria interessante demonstra aqui, para a cultura ouvinte, alguns aspectos do mundo Surd@. Por exemplo, como os surdos se comunicam no cotidiano, que difere bastante da forma como ouvintes se comunicam entre si pela primeira vez que se encontram. A descrição da conversação fica mais ou menos assim:

__ oi. Bom? Você bonito/a!



Tratados, 1999. Figura 402 e 403.



Tratados, 1999. Figura 653 e 404.

__ Sinal?



Tratados, 1999. Figura 103-

___ Idade?



Tratados 1999, figura 570

___ você solteiro/a?



Tratados, 1999. Figura 777.

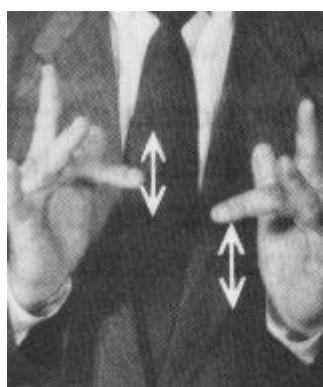
Em caso afirmativo a resposta em muita das vezes será.

___ coitado!



Tratados, 1999. Figura 118.

__ não consegue namorado/a



Tratados, 1999.Figura 459

As primeiras conversas sempre seguem este modelo. E a partir daqui se estabelecem divertidas conversas ou não. Falam de esporte, de política, da escola, da associação, do parceiro/a, fazem fofocas uns dos outros, contam piadas e se divertem muito. Uma das primeiras que ouvi foi a da “árvore surda”.

Certa vez, um lenhador atarefado, estava a cortar suas árvores na floresta. Cortava de um lado para o outro.

Depois gritava:

__ Madeira!

E a árvore despencava no chão.

De repente se deparou com uma árvore que não queria cair. Gritou várias vezes:

__ Madeira, madeira!

E a árvore nada de cair. Pensou, pensou o lenhador, o porque da rvore não cair!

__A arvore não cai, porque não pode ouvir,e portanto ela é surda.

O lenhador depois de desvendar o mistério, sai e volta depois de alguns minutos acompanhado de outra pessoa, um intérprete, este por sua vez sinaliza a árvore que ela deve cair, porque o lenhador precisa continuar o trabalho.

A árvore desmonta no chão toda feliz. E agradecida ao intérprete de árvores surdas.

Conclusão

De fato foi surpreendente, a grande quantidade de informações que pude reunir nesta monografia de final de curso. A história do surd@ foi revista buscando um novo olhar para a questão. A partir de outro caminho reafirmei a existência de uma grupo de surd@, que a tempos não poderia ser como tal é hoje.

Um grupo com manifestações próprias da Surdez, que os faz apenas diferentes, não sendo os anormais, deficientes e estigmatizados. Como a tempos afirma a cultura ouvintista.

Percebi que para os Surd@s, existe pouco escrito feito seja a caráter didático, sobre a Surdez no campo da história propriamente dito. Os caminhos da pesquisa não foram fáceis. A primeira grande barreira e discutir surdez sem, tocar nas feridas da visão clinica reabilitadora, que defende a emancipação dos surdos por meio de terapias constantes.

A partir do que considero ser outro caminho mostrei que é possível ser Suid@ sem ser deficiente. Tomei o devido cuidado para que este trabalho possa romper com o fatalismo, e abrir novas discussões.

Mesmo que em uma primeira escrita não seja possível, por ser apenas uma monografia de graduação, mas que esta abriu idéias para novas pesquisas, que busquem falar mais dos [Surd@s](#). e que criem mecanismos didáticos em auxílio dos Surdos, já que são escassos.

Termino esta pesquisa contente com o resultado, sabendo que ainda podemos construir mais e mais.

BIBLIOGRAFIA

- Brasil, Secretaria de educação Especial. Deficiência Auditiva/ organizado por Giuseppe Rinaldi et al. – Brasília Seesp, 1997. V 1 , V 2 , V 3.
- Brasil, Secretaria de educação Especial. Conjunto de materiais para a capacitação de professores necessidades na sala de aula tradução Ana Maria Isabel Lopes da Silva. Reimp. Mec/ SEEsp,1998.
- Bueno, José Geraldo Silveira. Os mitos da reabilitação do D.a no Brasil. Puc/ SP.
- Foucault, Michael. Historia da loucura. 1997.
- Góes, M. C.R. O ensino para surdos na escola Inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. Em atualidades da Educação bilingüe para surdos. Carlos Skiliar (org.) Editora Mediação. Porto Alegre.
- Ianni, Octavio. A idéia de Brasil Moderno. São Paulo ed. Brasiliense, 1996.
- Lacerda, A pedagogia Ementativa do surdo-mudo: Considerações gerais. Rio de janeiro, Pimenta de Mello, 1934.
- Monarcha, c. a revindicação da cidade e da multidão – Dimensões da modernidade brasileira: a escola nova. São Paulo, Cortez/ Autores Associados, 1990.
- Perlim, Gladis. Identidades Surdas. Em Skiliar, Carlos (org). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Editora Mediação. Porto Alegre, 1998.
- Rabelo, Annete Scotti. A construção da escrita pelo surdo - Goiânia Ed. Da UCG, 2001.
- Rabelo, Annete Scotti. Minha cartilha sinalizada, pré - escola. Rio de Janeiro Enelivros, 1991.
- Ribas. J.D O que são deficiências, São Paulo. Ed. Brasiliense, 1994.
- Redondo Maria Cristina da F. Caderno da Tv Escola – Deficiência auditiva. Ministério da Educação – secretaria de Educação a DistanciaQueiroz, Ronice.
- Revistas Ponto de vista – situando as diferenças implicadas na educação de surdos: Inclusão/exclusão. UFCS, número 4, 2002-2003
- Silva, Angélica Bronzatto. Psicologia: Teoria e pesquisa. O aluno surdo na escola regular: Imagem e ação do professor. Universidade De Campinas. Maio – Agosto 2003. Vol. 173 –176. .

- Souza, Eloysa Godinho / Surdez e significado social. São Paulo Cortez 1982
- Soares, Maria Aparecida Leite / A Educação dos Surdos no Brasil. Campinas, SP. Autores associados, Bragança Paulista, SP.
- SILVA, Tomaz. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: (Org.) Alienígenas na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SKLIAR, Carlos (Org.). Educação e exclusão. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.
- Tratados, sociedade torre de vigia de bíblias. Linguagem de sinais, 1999, São Paulo.
- Tratados, sociedade torre de vigia de bíblias. Tradução do no mundo das escrituras sagradas, 1960, São Paulo

Documentos Eletrônicos

www.diariodesurdo.com.br

www.feneis.com.br

www.ines.org.br